

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda à questão a seguir:

Empresário de TV é preso por críticas a Chaves

O governo da Venezuela prendeu Guillermo Zuloaga, presidente da TV Globo-visión, que faz oposição ao presidente Hugo Chaves. Segundo a procuradora geral Luisa Ortega, Zuloaga foi preso por "ofensa e vilipêndio" a Chaves e por reclamar, em reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa, da perseguição à imprensa venezuelana. A ordem de prisão foi emitida a partir de um pedido da Assembleia Nacional, controlada pelos chavistas. Horas depois, ele foi solto por medida cautelar e não pode deixar o país. INTERNACIONAL a12

Jornal O Estado de S. Paulo, 28 de Março de 2010

QUESTÃO 01

Assinale a alternativa em que todas as palavras, encontradas no texto, exigem complemento nominal:

- (A) críticas, ofensa, vilipêndio, perseguição, ordem
- (B) críticas, reclamar, vilipêndio, perseguição, ordem
- (C) ofensa, vilipêndio, perseguição, oposição, reclamar
- (D) partir, vilipêndio, perseguição, oposição, ordem

Leia o texto abaixo e responda às questões 02 a 05:

Pra dizer Adeus

Adeus,
Vou pra não voltar
E onde quer que eu vá
Sei que vou sozinho.
Tão sozinho, amor,
Nem é bom pensar
Que eu não volto mais
Desse meu caminho.

Ah! Pena eu não saber
Como te contar
Que o amor foi tanto
E no entanto eu queria dizer
Vem, nem que seja só
Pra dizer adeus.

Edu Lobo - Torquato Neto

QUESTÃO 02

De acordo com o emprego das palavras no texto acima, assinale a alternativa em que todas pertencem à classe dos advérbios:

- (A) como, mais, sozinho, adeus
- (B) tanto, tão, só, como, sozinho
- (C) tão, que, quanto, mais, sozinho
- (D) onde, vá, só, como, tanto

QUESTÃO 03

De acordo com a sintaxe das orações empregadas no texto acima, podemos afirmar que:

- I. "Que vou sozinho"... = oração subordinada adverbial.
- II. "Que eu não volto mais"... = oração subordinada substantiva objetiva indireta.
- III. "Que o amor foi tanto"... = oração subordinada substantiva objetiva direta.
- IV. "Vem, nem que seja só"... = oração coordenada, adversativa.

Assinale a alternativa correta:

- (A) somente a I e IV estão corretas
- (B) somente a II está correta
- (C) a I e a III estão incorretas
- (D) somente a III está correta

QUESTÃO 04

Na expressão: "Como te contar", extraída do texto acima o pronome oblíquo TE está exercendo a função de :

- (A) pronome pessoal reflexivo
- (B) objeto direto
- (C) objeto indireto
- (D) pronome pessoal

QUESTÃO 05

Quanto à função sintática da palavra **amor** nos versos: "Tão sozinho, **amor**," ... " Que o **amor** foi tanto", podemos afirmar que são respectivamente:

- (A) aposto e sujeito
- (B) vocativo e sujeito
- (C) vocativo e objeto direto
- (D) aposto e objeto direto

QUESTÃO 06

Leia o texto abaixo para responder à questão 06:

amei em cheio
meio amei-o
meio não amei-o

Paulo Leminski, **distraídos venceremos**

No poema acima, podemos afirmar que:

- I. no primeiro verso o poeta afirma que amou muito.
- II. no segundo, o poeta repensa e afirma que amou mais ou menos.
- III. no terceiro verso, o poeta assegura que quase não amou;
- IV. o poema é apenas um jogo de aliteração que reforça a forma poética.
- V. as palavras "meio" em "meio amei-o" e em "meio não amei-o" pertencem à classe dos advérbios de intensidade.

- (A) I, II, III e V estão corretas
- (B) III, IV e V estão incorretas
- (C) somente II e III estão corretas
- (D) somente a V está correta

QUESTÃO 07

Leia os enunciados abaixo e responda à questão a seguir.

- I. Depois de dar àqueles meninos tudo quanto necessitavam, acabei devendo-lhes alguma coisa. Devido à solidariedade de todas as famílias às quais interessam o bem-estar deles, fiquei em dúvida quanto à ação praticada por mim com tanto zelo.
- II. Não basta ir a escolas, a aulas, a teatros, é preciso estar disposto a ouvir, a pensar, a questionar tudo quanto lhe deixe inseguro.
- III. Dizia o poeta "Viajar é preciso, viver não é preciso". Então vamos viajar: iremos à Grécia, à Atenas, mas antes devemos ir a Paris, a Madrid, à Roma Antiga.
- IV. Sem dúvida, deves dar atenção àquelas meninas, àqueles meninos que estão hospedados aqui. Às meninas deves mostrar um carinho especial, mas sem afetação.

Assinale a alternativa em que não há erro quanto ao emprego da crase:

- (A) somente a III e a IV estão incorretas
 (B) todas estão corretas
 (C) somente a II está incorreta
 (D) I, II e IV estão corretas

QUESTÃO 08

Leia os textos abaixo e responda à questão 08:

Texto A

“O sinal verde acendeu-se enfim, bruscamente os carros arrancaram, mas logo se notou que não tinham arrancado todos por igual. O primeiro da fila do meio está parado, deve haver ali um problema mecânico qualquer, o acelerador solto, a alavanca da caixa de velocidades que se encravou, uma avaria do sistema hidráulico, bloqueio dos travões ...”

Texto B

“Hoje, revendo minhas atitudes quando vim embora, reconheço que mudei bastante. Verifico também que estava aflito e que havia um fundo de mágoa ou desespero em minha impaciência. Eu queria deixar minha casa, minha avó e seus cuidados. Estava farto de chegar a horas certas, de ouvir reclamações; de ser vigiado, contemplado, querido ...”

Texto C

“Ando em crise, numa boa, nada de grave. Mas, ando em crise com o tempo. Que estranho “presente” é este que vivemos hoje, correndo sempre por nada, como se o tempo tivesse ficado mais rápido do que a vida, como se nossos músculos, ossos e sangue estivessem correndo atrás de um tempo mais rápido...”

Podemos afirmar que, quanto à tipologia textual, os textos acima são respectivamente:

- (A) crônica, conto, romance
 (B) conto, crônica, romance
 (C) romance, conto, crônica
 (D) romance, romance, crônica

Leia o texto abaixo para responder às questões 09 e 10.

Medeias modernas

Você fecha o livro, chocada. Absolutamente chocada. *Medeia*, a tragédia de Eurípedes, é uma das obras literárias mais cruéis de todos os tempos.

Vamos à história: Medeia jamais mediu esforços para favorecer seu amado, Jasão. Após uma série de aventuras, eles se estabelecem em Corinto e, para espanto de Medeia, Jasão, com a cara-de-pau que Deus lhe deu, desposa a filha do rei Creonte.

Então a peça começa: ao saber da traição do esposo, Medeia não levanta a fronte, não tira os olhos do chão, não se alimenta, se abandona à dor, se consome em lágrimas e ouve as consolações dos amigos dura como um rochedo. “Aquele que era tudo para mim, meu esposo, se tornou o mais pérfido dos homens.”

Jasão jura de pés juntos à Medeia que seu objetivo, ao se casar com a filha do rei, é dar irmãos reais aos seus filhos (seus dois filhos com Medeia) e, assim, protegê-los quanto ao futuro incerto. Verdade ou não, ela está por demais ferida para ser razoável. E decide se vingar.

Qual a vingança de Medeia? Matar o rei? Matar a nova companheira de Jasão? Sim, ela faz isso. Envenena uma coroa, um vestido e manda de presente para a noiva. Ao tocar nas peças, a moça morre vítima de terríveis padecimentos. O rei Creonte igualmente perece ao tentar ajudar a filha. Mas esse não é o cerne da vingança de Medeia: suas intenções são bem mais terríveis.

Cega de rancor de mulher rejeitada, Medeia usa um punhal e assassina os próprios filhos, indiferente aos seus gritos infantis. Por fim, exibe, de longe, seus corpinhos inertes para um Jasão em desespero. Ele implora para abraçar os filhos uma última vez e os

sepultar, mas Medeia, no arremate de sua vingança, não permite e vai embora.

Você lê essa história e pensa: “Criatura vil e louca, impossível uma mãe chegar a esse extremo.” Será? Será mesmo? O que você diria de formas metafóricas de matar os próprios filhos? O que você diria sobre as Medeias modernas?

As Medeias modernas usam as crianças como instrumentos de ataque ao ex-marido. Elas insuflam seus filhos contra ele. Elas envenenam consciências infantis com tormentos que pertencem apenas à história de duas pessoas adultas. Não raro, elas conseguem exterminar ou reduzir drasticamente o convívio das crianças com o pai. Essas atitudes, frequentemente justificadas como proteção, irão cobrar seu preço no futuro. E que preço alto será!

Em seu supremo egoísmo, as Medeias modernas se disfarçam atrás da natural preocupação que mães tem com seus filhos: 'Estou fazendo isso pelo bem deles!'. A não ser que o ex-marido em questão seja um pedófilo ou alguém com pós-graduação em violência, elas não estão pensando no bem das crianças coisa nenhuma. As Medeias modernas estão fazendo isso por vingança...

Stella Florence, **O diabo que te carregue!**

QUESTÃO 09

De acordo com o texto, é incorreto afirmar que:

- (A) De acordo com o texto, as Medeias modernas se nos apresentam mais cruéis que à Medeia da tragédia de Eurípedes.
 (B) Segundo o texto, as Medeias modernas matam metaforicamente seus filhos, usando-os como instrumento de ataque aos ex-maridos.
 (C) No texto, as Medeias modernas, para atingir os ex-maridos, fingindo proteger os filhos tentam o máximo possível apartá-los de seus pais.
 (D) Remetendo ao texto, pode-se afirmar que a Medeia, da tragédia de Eurípedes é retrato da mulher vingativa e cruel.

QUESTÃO 10

Com relação à tipologia textual é correto afirmar que o texto acima é:

- (A) uma dissertação
 (B) uma narração
 (C) uma descrição
 (D) uma descrição argumentativa

Leia o fragmento do texto abaixo para responder às questões 11 e 12.

O jargão

Nenhuma figura é tão fascinante quanto o Falso Entendido. É o cara que não sabe nada de nada mas sabe o jargão. E passa por autoridade no assunto. Um refinamento ainda maior da espécie é o tipo que não sabe nem o jargão. Mas inventa.

- Ó Matias, você que entende de mercado de capitais...
 - Nem tanto, nem tanto...

(Uma das características do Falso Entendido é a falsa modéstia.)

- Você, no momento, aconselharia que tipo de aplicação?

- Bom. Depende do *yield* pretendido, do *throwback* e do ciclo refratário. Na faixa de papéis *top market* – ou o que nós chamamos de *topi-marque* – o *throwback* recai sobre o repasse e não sobre o *release*, entende?

- Francamente, não.

Aí o Falso Entendido sorri com tristeza e abre os braços como quem diz “É difícil conversar com leigos...”

Luis Fernando Veríssimo, **As Mentiras que os homens contam.**

QUESTÃO 11

De acordo com a linguagem empregada no texto acima, podemos afirmar que o autor fez uso de:

- I. estrangeirismo
- II. linguagem coloquial
- III. discurso de humor
- IV. linguagem literária

Assinale a alternativa correta:

- (A) somente I está correta
- (B) somente II está correta
- (C) III e IV estão incorretas
- (D) todas as alternativas estão corretas

QUESTÃO 12

De acordo com a estrutura de reprodução de enunciações empregados no texto acima, podemos afirmar que o texto narrativo está construído:

- I. em discurso direto
- II. em discurso indireto
- III. em discurso indireto livre
- IV. sem interferência de um narrador

Assinale a alternativa correta:

- (A) somente I está correta
- (B) somente II está correta
- (C) somente III está correta
- (D) somente IV está incorreta

QUESTÃO 13

Leia as frases abaixo e indique aquela em que a concordância nominal não está de acordo com a linguagem padrão ou norma culta.

- (A) O leitor pulou longos capítulos e páginas do relatório.
- (B) Às vezes, revelavam desvios de lesó-caracteres.
- (C) Seu nome na lista dos aprovados deixou os colegas bastante felizes.
- (D) A porta, meio aberta, deixava ver o interior da sala.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa em que há palavras incorretamente escritas:

- (A) O jogo duríssimo dos EUA contra a proliferação de armas nucleares em Estados "delinquentes" incorporou pragmatismo e acaba de levar a um importante recuo a Coréia do Norte, que acenou com a possibilidade de abandonar seu programa nuclear em troca de assistência econômica e paz.
- (B) Devaneios surgem em tais momentos de solidão nem poderiam ser chamados de maduros, quando se associa a palavra a um conhecimento dos perigos da idealização e do excesso romântico. Em um trem para Edimburgo, ocupo um assento oposto ao de uma jovem que lê o que parece ser um relatório de empresa, enquanto bebe de uma lata de suco de maçã.
- (C) O som de Villa-Lobos substitui a cítara dos anjos que os místicos já começaram a ouvir na eminência da morte e as cores de Vermeer substituem a visão do manto resplandescente da Virgem Maria.
- (D) A sexualidade é tema recorrente nos 2,6 mil anos de história da Filosofia, ora como meio, ora como obstáculo para o conhecimento. Mas nenhum filósofo grego teve sua obra tão associada à sexualidade quanto Epicuro (341 a 270 a.C), considerado, equivocadamente por alguns um "libertino guloso".

QUESTÃO 15

Leia o texto abaixo e responda à questão 15:



- I. o texto é polissêmico
- II. o texto é ambíguo
- III. é um texto verbal e não verbal
- IV. trata-se de um texto não polissêmico e ambíguo

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) somente I está incorreta
- (B) somente II está incorreta
- (C) a III e IV estão corretas
- (D) apenas IV está incorreta

PROVA DE INFORMÁTICA**QUESTÃO 16**

Com relação à funcionalidade dos comandos do sistema operacional Linux, associe a primeira coluna com a segunda e, depois, assinale a alternativa que contenha a sequência correta da segunda coluna, de cima para baixo.

- | | | |
|-----------|-----|--|
| (1) chmod | () | lista o conteúdo de um diretório na tela |
| (2) pwd | () | deleta um arquivo |
| (3) ls | () | modifica o modo de acesso de um arquivo ou diretório |
| (4) rm | () | mostra o conteúdo de um arquivo na tela |
| (5) cat | () | mostra o diretório de trabalho corrente na tela |

- (A) 4 – 3 – 1 – 2 – 5
- (B) 3 – 4 – 1 – 5 – 2
- (C) 2 – 1 – 4 – 5 – 3
- (D) 1 – 5 – 4 – 2 – 3

QUESTÃO 17

No navegador Internet Explorer 8, para atribuir níveis de segurança a zonas de Internet como, por exemplo, Intranet local e Sites confiáveis, é preciso, inicialmente, acessar:

- (A) opção Windows Update do menu Segurança.
- (B) opção Propriedades do menu Página.
- (C) aba Segurança, disponível na janela Opções da Internet, do menu Ferramentas.
- (D) aba Privacidade, disponível na janela Opções da Internet, do menu Segurança.

QUESTÃO 18

Sobre conceitos relacionados à Internet, analise a veracidade das assertivas a seguir.

- I. Uma rede criada dentro de uma organização para melhorar a sua comunicação e a produtividade, tendo como suporte os mesmos protocolos, equipamentos e serviços da Internet, é chamada Intranet.
- II. SSL (*Secure Socket Layer*) é um protocolo de segurança que criptografa informações para garantir a comunicação segura entre dois computadores.
- III. O protocolo padrão da Internet é TCP/IP (*Transmission Control Protocol/Internet Protocol*).
- IV. O padrão 802.11 é uma arquitetura definida pelo IEEE (*Institute of Electrical and Electronics Engineers*) para redes de computadores cabeadas.

São **verdadeiras** somente as assertivas.

- (A) I, II e IV
- (B) I, II e III
- (C) II e IV
- (D) I, III e IV

QUESTÃO 19

Considere que os endereços de e-mails dos seus colegas **José, Luiz, Carlos** e **Maria** são, respectivamente, jose@mp.to.gov.br, luiz@mp.to.gov.br, carlos@mp.to.gov.br e maria@mp.to.gov.br. Utilizando um software de correio eletrônico, imagine que você enviou uma mensagem preenchendo os campos da seguinte maneira:

Para: jose@mp.to.gov.br

CC: maria@mp.to.gov.br; luiz@mp.to.gov.br

CCo: carlos@mp.to.gov.br

Neste caso, é **correto** afirmar que:

- (A) somente os colegas José, Maria e Luiz receberão a mensagem enviada, pois o campo "CCo" é destinado para informar o nome dos arquivos a serem anexados, se necessário, e não para digitar endereços de e-mail.
- (B) todos os colegas receberão a mensagem enviada, porém o colega José receberá a mensagem com um sinalizador de alta prioridade, visto que e-mail dele foi apresentado no campo "Para".
- (C) a mensagem será enviada somente para o e-mail do colega Luiz se a mensagem não for entregue no e-mail da Maria, uma vez que foi utilizado o caractere ";" entre os endereços de Maria e Luiz.
- (D) todos os colegas receberão a mensagem, porém José, Maria e Luiz não saberão que Carlos também recebeu uma cópia dessa mensagem.

QUESTÃO 20

Os princípios da segurança da informação visam reduzir os riscos com vazamentos, fraudes, erros, uso indevido da informação, roubo de informações e outros problemas relacionados ao mundo digital. É correto afirmar que o princípio da **integridade** é:

- (A) a garantia de que a informação a ser transmitida chegará até o seu destino de forma íntegra, ou seja, sem erros ou quaisquer modificações indevidas.
- (B) o processo de codificar informações integralmente de modo a ocultar o seu conteúdo para pessoas não autorizadas.

- (C) a garantia de que a informação esteja sempre disponível para as pessoas autorizadas pelo proprietário da informação.
- (D) a garantia de que somente as pessoas envolvidas na comunicação têm acesso às informações trocadas integralmente.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO**QUESTÃO 21**

Sobre Atos Administrativos assinale a alternativa incorreta:

- (A) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo se comprovada má-fé.
- (B) Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.
- (C) A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (D) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) A falta de defesa técnica por advogado acarreta nulidade do processo administrativo disciplinar.
- (B) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- (C) Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.
- (D) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na função pública, direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

QUESTÃO 23

Sobre dispensa e inexigibilidade das licitações, assinale a alternativa verdadeira:

- (A) A Administração poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis, dispensada licitação, quando o uso destinar-se a pessoa natural que haja implementado os requisitos mínimos de cultura, ocupação mansa e pacífica e exploração direta sobre área rural situada na Amazônia Legal, superior a um e limitada a quinze módulos fiscais, desde que não exceda a um mil e quinhentos hectares.
- (B) É dispensável a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de

empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

- (C) É inexigível a licitação nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- (D) É inexigível a licitação na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa incorreta sobre as prerrogativas da Administração em relação aos contratos administrativos instituído pela Lei nº 8666/93:

- (A) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- (B) Fiscalizar-lhes a execução.
- (C) Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado, sendo vedado rescindi-los unilateralmente.
- (D) Nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelamento apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa incorreta. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- (A) Advertência, que poderá ser aplicada conjuntamente com qualquer das outras sanções.
- (B) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
- (C) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.
- (D) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, de competência indelegável do Chefe do Poder Executivo do respectivo ente contratante.

QUESTÃO 26

Sobre os direitos e vantagens dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins é incorreto afirmar:

- (A) O servidor faz jus a trinta dias de férias por ano, salvo o servidor que opera direta e permanentemente com "Raio-X" ou substância radioativa, que goza de vinte dias consecutivos de férias por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese, a acumulação.
- (B) O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre as 18h e 6h, tem o valor-hora acrescido de cinquenta por cento.
- (C) A ajuda de custo é paga mediante comprovação da mudança de domicílio, das despesas realizadas com passagens, bagagens, bens do servidor e de sua família, não podendo exceder a importância correspondente a três meses de sua remuneração.
- (D) O servidor que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada em débito com o erário ou que tenha dívida relativa à reposição cinco vezes o valor de sua remuneração pode parcelar o seu

débito, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a vinte por cento da remuneração ou dos proventos havidos.

QUESTÃO 27

Sobre o regime dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Ao servidor concede-se licença para tratamento de saúde, por motivo de doença em pessoa da família, maternidade, por tutoria ou adoção, por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, para o serviço militar, para atividade política, para capacitação, para tratar de interesses particulares e para desempenho de mandato classista.
- (B) No caso de aborto, comprovado por atestado médico homologado pela Junta Médica Oficial do Estado, a servidora tem direito a trinta dias de repouso remunerado.
- (C) O servidor efetivo ou estabilizado tem direito à licença remunerada, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- (D) Não é permitido o exercício de atividade remunerada durante os períodos das licenças por tratamento de saúde, por motivo de doença em pessoa da família, maternidade, por tutoria ou adoção.

QUESTÃO 28

Não constitui ato de improbidade administrativa:

- (A) Incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de empresas privadas não relacionadas com o poder público.
- (B) Utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.
- (C) Adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
- (D) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

QUESTÃO 29

É permitido aos membros do Ministério Público:

- (A) Exercer advocacia, exceto em causa própria.
- (B) Exercer o comércio ou participar de sociedade comercial como cotista ou acionista.
- (C) Exercer qualquer outra função pública, ainda que em disponibilidade.
- (D) Exercer atividade político-partidária.

QUESTÃO 30

São deveres funcionais dos membros do Ministério Público, exceto:

- (A) Comparecer diariamente à Promotoria de Justiça ou ao órgão em que exerça suas atribuições, salvo nos casos em que tenha de proceder a diligências indispensáveis ao exercício de sua função.

- (B) Usar, em reuniões solenes, ordinárias e extraordinárias dos órgãos colegiados, em audiências e nos julgamentos perante os Tribunais, inclusive do Júri, as vestes talares do Ministério Público.
- (C) Residir, ainda que substituto, na respectiva Comarca.
- (D) Abster-se da devolução ao cartório judicial de autos sem manifestações em caso de gozo de férias, licenças, promoção e remoção.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 31

Marque a alternativa verdadeira:

- (A) Os tratados e convenções internacionais, desde que versem sobre direitos humanos, não necessitam de ratificação legislativa para serem equivalentes às emendas constitucionais.
- (B) Os tratados e convenções internacionais, independentemente do objeto do seu assunto, que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (C) O decreto presidencial pode dispor sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- (D) O decreto presidencial pode dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal, ainda que implique em aumento de despesas.

QUESTÃO 32

Nas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelos seguintes princípios, com exceção de:

- (A) Prevalência dos direitos humanos.
- (B) Autodeterminação dos povos.
- (C) Igualdade entre os Estados.
- (D) Garantia do desenvolvimento nacional.

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa verdadeira:

- (A) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais dependem de regulamentação infraconstitucional para sua aplicação.
- (B) Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- (C) É privativo de brasileiro nato o cargo de Procurador Geral da República.
- (D) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de sessenta anos.

QUESTÃO 34

Assinale a alternativa verdadeira:

- (A) É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.
- (B) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre seguridade social.
- (C) A superveniência de lei federal sobre normas gerais não suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- (D) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre custas dos serviços forenses.

QUESTÃO 35

Assinale a alternativa verdadeira:

- (A) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o pluralismo político.
- (B) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.
- (C) Somente pelo voto da maioria qualificada de três quintos de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (D) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze conselheiros, sendo um deles membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.

QUESTÃO 36

Assinale a alternativa falsa:

- (A) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- (B) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- (C) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre propriedade territorial rural.
- (D) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

QUESTÃO 37

Assinale a alternativa verdadeira:

- (A) Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, ainda que seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (B) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida pública, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos.
- (C) São suscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a grande e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra.
- (D) A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional, com exceção das alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.

QUESTÃO 38

Segundo a Constituição do Estado do Tocantins é correto afirmar que:

- (A) O orçamento anual dos Municípios deverá prever a aplicação de pelo menos vinte e cinco por cento da receita tributária municipal, incluindo a proveniente de transferências na manutenção e no desenvolvimento do ensino, preferencialmente no pré-escolar e fundamental.
- (B) Os componentes da Guarda Municipal poderão usar títulos, postos ou uniformes semelhantes aos usados pela Polícia Militar.
- (C) A Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal assegurarão a iniciativa popular de projetos de lei através de manifestação de, pelo menos, dez por cento do eleitorado.
- (D) Somente haverá intervenção no Município após prévia autorização do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 39

Sobre o Ministério Público, a Constituição do Estado do Tocantins estabelece que:

- (A) O Ministério Público tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador dentre os indicados em lista tríplice, composta, na forma da lei, por Promotores ou Procuradores de Justiça, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- (B) A destituição do Procurador-Geral de Justiça, por iniciativa do Governador do Estado, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta da Assembléia Legislativa.
- (C) A Lei Complementar que regulamenta a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público é de iniciativa privativa do Governador do Estado.
- (D) Aos membros do Ministério Público é permitido o exercício de outra função pública, desde que haja compatibilidade de carga horária.

QUESTÃO 40

São funções institucionais do Ministério Público, exceto:

- (A) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- (B) Promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição.
- (C) Exercer o controle externo da atividade policial.
- (D) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, desde que não haja Defensoria Pública da União na respectiva Comarca.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL**QUESTÃO 41**

Não se considera litigante de má-fé aquele que:

- (A) Omitir intencionalmente fatos essenciais ao julgamento da causa.
- (B) Opuser resistência injustificada ao andamento do processo.
- (C) Proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.
- (D) Interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

QUESTÃO 42

Sobre intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta:

- (A) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer assistência a favor de ambos ou qualquer um deles.
- (B) Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá chamar ao processo o proprietário ou o possuidor.
- (C) Aquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer nomeação à autoria.
- (D) É admissível o chamamento ao processo de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.

QUESTÃO 43

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) Poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
- (B) Considera-se proposta a ação no momento em que a petição inicial seja despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara. A propositura da ação só produz efeitos quanto ao réu depois que for validamente citado.
- (C) Indeferida a petição inicial, é vedado ao juiz, reformar sua decisão, devendo encaminhar imediatamente os autos do processo ao tribunal competente.
- (D) O pedido deve ser certo ou determinado, é lícito, porém, formular pedido genérico, quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.

QUESTÃO 44

São penhoráveis:

- (A) O seguro de vida.
- (B) Os pertences de uso pessoal do executado que sejam considerados de elevado valor.
- (C) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família.
- (D) Até o limite de quarenta salários mínimos, a quantia depositada em caderneta de poupança.

QUESTÃO 45

Sobre os procedimentos cautelares em específico, assinale a alternativa incorreta:

- (A) O arresto tem lugar quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado.
- (B) O arresto tem lugar quando o devedor que tem domicílio se ausenta ou tenta ausentar-se furtivamente.
- (C) O sequestro tem lugar quando for disputada a propriedade ou a posse, de bens móveis, semoventes ou imóveis, havendo fundado receio de rixas ou danificações.
- (D) O sequestro tem lugar, como procedimento preparatório, para exibição de coisa móvel em poder de outrem e que o requerente repute sua ou tenha interesse em conhecer.

QUESTÃO 46

Assinale a alternativa incorreta sobre as funções do Ministério Público em relação às fundações:

- (A) Elaborar o estatuto e submetê-lo à aprovação do juiz quando o instituidor não o fizer nem nomear quem o faça.
- (B) Elaborar o estatuto e submetê-lo à aprovação do juiz quando a pessoa encarregada não cumprir o encargo no prazo assinado pelo instituidor ou, não havendo prazo, dentro em seis meses.
- (C) Elaborar a alteração do estatuto, caso seja impossível a manutenção da fundação.
- (D) Promover a extinção da fundação quando vencer o prazo de sua existência.

QUESTÃO 47

Tem legitimidade para propor a ação civil pública:

- (A) O Ministério Público e a Defensoria Pública.
- (B) O partido político com representação no Congresso Nacional.
- (C) A autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista.
- (D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

QUESTÃO 48

Sobre o recurso extraordinário é incorreto afirmar:

- (A) Quando se verificar subida ou distribuição de múltiplos recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a Presidência do Tribunal ou o Relator selecionará um ou mais representativos da questão e determinará a devolução dos demais aos tribunais ou turmas de juizado especial de origem.
- (B) O Tribunal recusará recurso extraordinário cuja questão constitucional não oferecer repercussão geral, que será considerada a existência, ou não, de questões que, relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, ultrapassem os interesses subjetivos das partes.
- (C) A decisão de inexistência de repercussão geral é recorrível, valendo para os demais recursos sobre questão idêntica, quando transitar em julgado.
- (D) A Presidência do Tribunal recusará recursos que não apresentem preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, bem como aqueles cuja matéria carecer de repercussão geral, segundo precedente do Tribunal, salvo se a tese tiver sido revista ou estiver em procedimento de revisão.

QUESTÃO 49

Sobre a Súmula Vinculante assinale a alternativa incorreta:

- (A) Com a proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante, os processos em que se discuta a mesma questão serão suspensos.
- (B) O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que não autoriza a suspensão do processo.
- (C) A súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata, mas o Supremo Tribunal Federal, por decisão de dois terços dos seus membros, poderá restringir os efeitos vinculantes ou decidir que só tenha eficácia a partir de outro momento, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse público.
- (D) Da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá reclamação ao Supremo

Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação.

QUESTÃO 50

Não há impedimento ou suspeição do magistrado quando:

- (A) O magistrado, que nos Tribunais, tenha cônjuge e parentes consanguíneos ou afins em linha reta ou colateral até o terceiro grau, na mesma Turma, Câmara ou Seção.
- (B) Amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos procuradores das partes.
- (C) Herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.
- (D) Quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**QUESTÃO 51**

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) O princípio da motivação das decisões judiciais garante que a privação da liberdade somente ocorrerá através de decisões judiciais fundamentadas, provenientes da autoridade competente.
- (B) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do estado.
- (C) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- (D) Do princípio da presunção da não-culpabilidade decorre o direito do preso ser informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

QUESTÃO 52

Sobre Inquérito Policial assinale a alternativa incorreta:

- (A) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- (B) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
- (C) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- (D) Nos crimes de menor potencial ofensivo, a autoridade policial poderá arquivar autos do inquérito.

QUESTÃO 53

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) A impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos não retardará a ação penal, quando certa a identidade física. A qualquer tempo, no curso do processo, do julgamento ou da execução da sentença, se for descoberta a sua

qualificação, far-se-á a retificação, por termo, nos autos, sem prejuízo da validade dos atos precedentes.

- (B) A admissão de assistente não dependerá de prévia oitiva do Ministério Público.
- (C) O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de dez a cem salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- (D) A constituição de defensor independerá de instrumento de mandato, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.

QUESTÃO 54

Sobre prisão especial assinale a alternativa incorreta:

- (A) Não havendo estabelecimento específico para o preso especial, este será recolhido em cela distinta do mesmo estabelecimento.
- (B) A cela especial poderá consistir em alojamento coletivo, atendidos os requisitos de salubridade do ambiente, pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequados à existência humana.
- (C) Quando acusado de infração comum, o Presidente da República, antes da condenação, está sujeito à prisão especial.
- (D) Serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva os ministros de confissão religiosa.

QUESTÃO 55

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) Será admitida a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
- (B) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou a pessoa por ele indicada;
- (C) Na prisão em flagrante, na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal;
- (D) A apresentação espontânea do acusado à autoridade impedirá a decretação da prisão preventiva nos casos em que a lei a autoriza.

QUESTÃO 56

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida no Código de Processo Civil.
- (B) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.
- (C) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva.
- (D) Caso não haja órgão de publicação dos atos judiciais na comarca, a intimação será realizada pelo órgão de publicação da comarca mais próxima.

QUESTÃO 57

Não caberá recurso em sentido estrito da decisão que:

- (A) Decidir o incidente de falsidade.

- (B) Absolver o réu, no Tribunal do Júri.
- (C) Julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição.
- (D) Conceder ou negar a ordem de habeas corpus.

QUESTÃO 58

Sobre a Reclamação conforme o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins assinale a alternativa incorreta:

- (A) São suscetíveis de correição parcial, mediante reclamação da parte ou do órgão do Ministério Público, os despachos irrecorríveis do Juiz que importem inversão da ordem legal do processo, ou resultem de erro de ofício ou abuso de poder.
- (B) Compete exclusivamente ao Ministério Público a reclamação para preservar a competência do Tribunal ou garantir a autoridade de suas decisões.
- (C) Ao despachar a reclamação, não sendo caso de indeferimento liminar, o relator ordenará, se necessário, para evitar dano irreparável, a suspensão do processo ou do ato impugnado.
- (D) Julgando procedente a reclamação, o Tribunal cassará a decisão exorbitante de seu julgado ou determinará medida adequada à preservação de sua competência.

QUESTÃO 59

Sobre o Juizado Especial Criminal assinale a alternativa incorreta:

- (A) Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.
- (B) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei 9.099/95, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.
- (C) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.
- (D) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá recurso em sentido estrito, que poderá ser julgado por turma composta de três Juizes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

QUESTÃO 60

Sobre a Lei de Execuções Penais assinale a alternativa incorreta:

- (A) A mulher, o maior de sessenta e o menor de vinte e um anos, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal.
- (B) Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até seis meses de idade.
- (C) Os estabelecimentos penais destinados a mulheres deverão possuir, exclusivamente, agentes do sexo feminino na segurança de suas dependências internas.
- (D) Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido.

PROVA DE DIREITO CIVIL

QUESTÃO 61

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- (B) A repristinação tácita é instituto legal permitido pelo ordenamento jurídico.
- (C) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- (D) Não conhecendo a lei estrangeira, poderá o juiz exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência.

QUESTÃO 62

Sobre os direitos da personalidade é incorreto afirmar:

- (A) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- (B) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- (C) Independentemente de autorização, o pseudônimo alheio poderá ser utilizado em propaganda comercial.
- (D) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

QUESTÃO 63

Sobre bens assinale a alternativa incorreta:

- (A) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- (B) Consideram-se móveis para os efeitos legais as energias que tenham valor econômico.
- (C) Consideram-se imóveis para os efeitos legais, o direito à sucessão aberta.
- (D) Enquanto conservarem a sua qualificação, os bens públicos de uso comum do povo são inalienáveis e os bens de uso especial podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

QUESTÃO 64

A respeito dos negócios jurídicos, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente de forma a beneficiar o devedor.
- (B) É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- (C) Nos testamentos, presume-se o prazo em favor do herdeiro, e, nos contratos, em proveito do devedor, salvo, quanto a esses, se do teor do instrumento, ou das circunstâncias, resultar que se estabeleceu a benefício do credor, ou de ambos os contratantes.
- (D) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.

QUESTÃO 65

Corre a prescrição:

- (A) Entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- (B) Entre ascendentes e descendentes, ainda que extinto o poder familiar.

- (C) Contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.
- (D) Se pendente ação de evicção.

QUESTÃO 66

Sobre o direito das obrigações, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A sub-rogação opera-se, de pleno direito, em favor do adquirente do imóvel hipotecado, que paga ao credor hipotecário, bem como do terceiro que efetiva o pagamento para não ser privado de direito sobre imóvel.
- (B) A imputação do pagamento caberá ao credor, não tendo este declarado em qual das dívidas líquidas e vencidas quer imputar o pagamento, não terá direito a reclamar contra a imputação feita pelo devedor.
- (C) A novação extingue os acessórios e garantias da dívida, sempre que não houver estipulação em contrário. Não aproveitará, contudo, ao credor ressaltar o penhor, a hipoteca ou a anticrese, se os bens dados em garantia pertencerem a terceiro que não foi parte na novação.
- (D) Os prazos de favor, embora consagrados pelo uso geral, não obstam a compensação.

QUESTÃO 67

Sobre responsabilidade civil assinale a alternativa incorreta:

- (A) São também responsáveis pela reparação civil os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.
- (B) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- (C) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado, e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.
- (D) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.

QUESTÃO 68

No processo de habilitação para o casamento é necessária a intervenção:

- (A) Obrigatoriamente do Ministério Público e do Juiz.
- (B) Obrigatoriamente do Juiz e, quando houver impugnação, também do Ministério Público.
- (C) Obrigatoriamente do Ministério Público e, quando houver impugnação, também do Juiz.
- (D) Exclusivamente do Juiz, independentemente de impugnação.

QUESTÃO 69

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) São parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.
- (B) Não basta o adultério da mulher, ainda que confessado, para ilidir a presunção legal da paternidade.
- (C) O reconhecimento não pode preceder o nascimento do filho, nem ser posterior ao seu falecimento se tiver deixado descendentes.
- (D) Excluem-se do usufruto e da administração dos pais os bens adquiridos pelo filho havido fora do casamento, antes do reconhecimento.

QUESTÃO 70

Para as ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, relacionadas aos direitos dos idosos, consideram-se legitimados:

- (A) O Ministério Público.
- (B) Partido político com representação no Congresso Nacional.
- (C) A Ordem dos Advogados do Brasil.
- (D) As associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre os fins institucionais a defesa dos interesses e direitos da pessoa idosa.

PROVA DE DIREITO PENAL**QUESTÃO 71**

Se cometidos no estrangeiro, não se aplica a lei brasileira ao:

- (A) Crime de constrangimento ilegal contra o Presidente da República.
- (B) Crime de roubo contra o Presidente da República.
- (C) Crime contra a administração pública, por quem está a seu serviço.
- (D) Crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.

QUESTÃO 72

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.
- (B) O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.
- (C) Responde pelo crime o terceiro que determina o erro.
- (D) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena o responsável, considerando-se as condições ou qualidades da vítima e não da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.

QUESTÃO 73

No que concerne às penas privativas de liberdade assinale a alternativa incorreta:

- (A) O condenado não perigoso, cuja pena não ultrapasse oito anos, poderá ser recolhido a estabelecimento de regime semiaberto, desde o início, ou se ultrapassar, após ter cumprido um terço dela em regime fechado.
- (B) O condenado a pena superior a oito anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado.
- (C) O condenado não reincidente, cuja pena seja superior a quatro anos e não exceda a oito, poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto.
- (D) O condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a quatro anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.

QUESTÃO 74

Não extingue a punibilidade:

- (A) O indulto.
- (B) O casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes.

- (C) A renúncia do direito de queixa ou o perdão aceito, nos crimes de ação privada.
- (D) A retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.

QUESTÃO 75

Não constitui crime contra a dignidade sexual:

- (A) Constranger homem, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal.
- (B) A satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.
- (C) Raptar mulher honesta, mediante violência, grave ameaça ou fraude, para fim libidinoso.
- (D) Manter conjunção carnal com adolescente de treze anos de idade.

QUESTÃO 76

Constitui crime de:

- (A) Prevaricação, deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.
- (B) Corrupção passiva, deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- (C) Exploração de prestígio, ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional.
- (D) Tráfico de influência, solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.

QUESTÃO 77

Sobre a Lei Maria da Penha, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Caberá ao Ministério Público, quando necessário, cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- (B) São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
- (C) Os atos processuais dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.
- (D) Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas de família acumularão as competências cíveis para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

QUESTÃO 78

É proibido o porte de arma de fogo para:

- (A) Os integrantes das guardas municipais, na capital do Estado do Tocantins, quando em serviço.
- (B) Para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo.

- (C) Para os integrantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 (D) Para os integrantes da Polícia Ferroviária Federal.

QUESTÃO 79

Não constitui crime nos termos da Lei Antitóxico:

- (A) Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, à pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem.
 (B) Colaborar, como informante, com grupo, organização ou associação destinados à prática de crime de semear ou cultivar, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas.
 (C) Violar o sigilo dos registros, documentos ou peças de informação, bem como dos autos de prisão em flagrante e dos de inquérito policial para a apuração dos crimes definidos na Lei Antitóxico.
 (D) Conduzir embarcação ou aeronave após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem.

QUESTÃO 80

Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são suscetíveis de:

- (A) Anistia.
 (B) Indulto.
 (C) Fiança.
 (D) Progressão de regime.

PROVA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE**QUESTÃO 81**

São princípios que regem o Estatuto da Criança e do Adolescente, salvo:

- (A) Da proteção integral e prioritária.
 (B) Do interesse superior da criança e do adolescente.
 (C) Da prevalência da família substituta sobre a família extensa.
 (D) Da oitiva obrigatória e participação da criança e do adolescente.

QUESTÃO 82

Assinale a alternativa falsa:

- (A) É vedado às gestantes ou mães entregar seus filhos para adoção.
 (B) É assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal.
 (C) A parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.
 (D) Incumbe ao poder público propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.

QUESTÃO 83

Sobre a adoção, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A adoção dos menores e dos maiores de dezoito anos é regulada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
 (B) A adoção produz seus efeitos a partir do trânsito em julgado da sentença constitutiva, exceto na hipótese de adoção pós-morte.

- (C) O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes.
 (D) No caso de adoção internacional, não há preferência entre brasileiros residentes no exterior e estrangeiros.

QUESTÃO 84

Sobre o Cadastro Nacional de Adoção assinale a alternativa incorreta:

- (A) Cabe responsabilidade da autoridade judiciária que não providenciar, no prazo de quarenta e oito horas, a inscrição das crianças e adolescentes em condições de serem adotados que não tiveram colocação familiar na comarca de origem, e das pessoas ou casais que tiveram deferida sua habilitação à adoção nos cadastros estadual e nacional.
 (B) O Cadastro Nacional de Adoção é unificado, sendo vedada a distinção de pessoas ou casais residentes fora do País.
 (C) Quando se tratar de pedido de adoção unilateral, esta poderá ser deferida em favor de candidato domiciliado no Brasil não inscrito previamente no Cadastro Nacional de Adoção.
 (D) A inscrição de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

QUESTÃO 85

Assinale a alternativa verdadeira:

- (A) É vedado trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.
 (B) Ao adolescente até dezesseis anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.
 (C) O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.
 (D) Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é assegurada a preferência da matrícula em cursos noturnos.

QUESTÃO 86

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.
 (B) Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência da autoridade judiciária ou do Ministério Público, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa.
 (C) O acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável e, como parte do processo de reintegração familiar, sempre que identificada a necessidade, a família de origem será incluída em programas oficiais de orientação, de apoio e

de promoção social, sendo facilitado e estimulado o contato com a criança ou com o adolescente acolhido.

- (D) Verificada a possibilidade de reintegração familiar, o responsável pelo programa de acolhimento familiar ou institucional fará imediata comunicação à autoridade judiciária, que dará vista ao Ministério Público, pelo prazo de cinco dias, decidindo em igual prazo.

QUESTÃO 87

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- (A) Liberdade assistida.
 (B) Prestação de serviços à comunidade.
 (C) Internação em estabelecimento educacional.
 (D) Advertência, sendo esta a única medida sócio-educativa aplicável às crianças.

QUESTÃO 88

Compete ao Ministério Público:

- (A) Requerer a remissão à autoridade judiciária como forma de exclusão do processo.
 (B) Promover, de ofício ou por solicitação dos interessados, a especialização e a inscrição de hipoteca legal e a prestação de contas dos tutores, curadores e quaisquer administradores de bens de crianças e adolescentes.
 (C) Instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito policial, para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude.
 (D) Instaurar procedimentos administrativos e, para instruí-los, expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela polícia civil ou militar.

QUESTÃO 89

Nos processos que envolvem crianças e adolescentes, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A falta de intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade do feito, que será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado.
 (B) O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, mediante autorização da autoridade judiciária, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente.
 (C) O representante do Ministério Público será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo.
 (D) A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente.

QUESTÃO 90

Em relação aos procedimentos recursais afetos à Justiça da Infância e da Juventude é incorreto afirmar que:

- (A) Os recursos serão interpostos independentemente de preparo.
 (B) Antes de determinar a remessa dos autos à superior instância, no caso de apelação, ou do instrumento, no caso de agravo, a autoridade judiciária proferirá despacho fundamentado, mantendo ou reformando a decisão, no prazo de cinco dias.
 (C) A sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita a apelação, que deverá ser recebida apenas no efeito devolutivo.

- (D) A apelação será recebida em seu efeito devolutivo, inclusive quando interposta contra sentença que deferir a adoção por estrangeiro.

PROVA DE DIREITOS DO CONSUMIDOR

QUESTÃO 91

Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha, exceto:

- (A) O abatimento proporcional do preço.
 (B) Complementação do peso ou medida.
 (C) A substituição imediata do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, não podendo ser cobrado do consumidor a diferença de preço.
 (D) A restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

QUESTÃO 92

É possível ao fornecedor de produtos ou serviços:

- (A) Condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.
 (B) Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço.
 (C) Exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.
 (D) Recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pagamento de qualquer natureza.

QUESTÃO 93

São admissíveis as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

- (A) Subtraíam do consumidor a opção de reembolso da quantia já paga.
 (B) Permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral.
 (C) Determinem a utilização facultativa de arbitragem.
 (D) Imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor.

QUESTÃO 94

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a Justiça local do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local.
 (B) Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a Justiça local da Capital do Estado ou do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional.
 (C) É competente para a execução o juízo do local da liquidação da sentença ou da ação condenatória, no caso de execução individual.
 (D) Nas ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos o Ministério Público participará do processo apenas se propuser a ação.

QUESTÃO 95

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) Se houver possibilidade de inserção de cláusula no formulário, o contrato não será considerado de adesão.
- (B) O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais o modo de seu fornecimento.
- (C) Para os efeitos de responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento, incluindo-se terceiros à relação jurídica de consumo.
- (D) Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

PROVA DE DIREITO AMBIENTAL**QUESTÃO 96**

Nos crimes ambientais, não é considerada circunstância que agrava a pena, ter o agente cometido a infração:

- (A) Em domingos ou feriados.
- (B) Em épocas de seca.
- (C) À noite.
- (D) No Dia Internacional de Proteção ao Meio Ambiente.

QUESTÃO 97

Não constituirá prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica:

- (A) Custeio de programas e de projetos ambientais.
- (B) Pagamento de cestas básicas pelos gestores da empresa.
- (C) Manutenção de espaços públicos.
- (D) Contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.

QUESTÃO 98

Sobre as infrações da Lei dos Crimes Ambientais assinale a alternativa incorreta:

- (A) Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, somente poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, salvo caso de comprovada impossibilidade.
- (B) Nas infrações penais a ação penal é pública condicionada à representação.
- (C) Os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais.
- (D) Os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem.

QUESTÃO 99

São considerados crimes contra a fauna:

- (A) Introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente.
- (B) Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente.
- (C) Exportar peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente.
- (D) Abate de animal para proteger lavouras, desde que legal e expressamente autorizado pela autoridade competente.

QUESTÃO 100

As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

- (A) Apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração.
- (B) Demolição de obra.
- (C) Intervenção em estabelecimento.
- (D) Advertência.